Advogado Penal em Braga em julgamento e recurso: o trabalho do Dr. David Silva Há momentos do processo penal em que a experiência de sala de audiências pesa mais do que tudo. O julgamento e o recurso são dois desses momentos. Na QUOR Advogados, em Braga, o Dr. David Silva é o advogado penal que acompanha com mais frequência estas fases, com presença regular no Tribunal Judicial de Braga e um trabalho centrado na legalidade da prova, no contraditório e nos recursos. O Dr. David Silva trabalha em litígio, negociação e julgamento, nas áreas Comercial, Trabalho e Criminal. Na área criminal, o seu foco está em três pontos que muitas vezes decidem um processo. O primeiro é a legalidade da prova: verificar se buscas, apreensões, escutas, acesso a dados ou outras diligências respeitaram as regras, porque prova obtida de forma ilegal não pode ser usada. O segundo é o contraditório: questionar as testemunhas e os peritos da outra parte, testando a solidez do que afirmam. O terceiro é o recurso, quando a decisão de primeira instância apresenta erros de facto ou de direito.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Em julgamento, o trabalho começa muito antes **Great post to read** da audiência. Passa por estudar todo o processo, identificar contradições na prova, preparar o cliente para a possibilidade de prestar declarações ou de se remeter ao silêncio e selecionar as testemunhas de defesa. Durante a audiência, cada inquirição é planeada, e as alegações finais resumem a leitura que a defesa faz da prova. A presença regular no tribunal de Braga dá também conhecimento prático do funcionamento dos juízos locais. Uma das áreas em que esta abordagem é particularmente relevante é a dos processos por tráfico de droga, onde a forma como a prova foi recolhida, a distinção entre tráfico, consumo e tráfico de menor gravidade e a medida de coação aplicada são frequentemente decisivas. Mas a mesma lógica aplica-se a qualquer processo em que a prova seja contestável. Cada caso é analisado individualmente e nenhum resultado é prometido. Quem procura um advogado penal para a fase de julgamento ou recurso encontra nesta forma de trabalhar uma preparação metódica. Os clientes acompanhados pelo Dr. David Silva beneficiam dos compromissos gerais da QUOR: resposta em 24 horas úteis, orçamento claro antes de avançar, linguagem sem jargão e acompanhamento contínuo pelo mesmo advogado. O escritório tem uma avaliação de 4,9 no Google, com mais de 300 avaliações no conjunto dos seus escritórios. Se tem um julgamento marcado ou uma sentença de que pretende recorrer, marque uma consulta inicial de 70€ com o Dr. David Silva, presencial na Praça da República ou online. Contacto: +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.